



Políticas de Saúde com Pessoas no Centro: a urgência da proximidade e da escuta



LÚCIA SANTOS

Num tempo em que o SNS se reinventa, entre tensões e promessas, é inevitável reflectir sobre o que realmente significa cuidar da saúde das pessoas. Enquanto país, enquanto comunidade, enquanto cidadãos.

Durante décadas, construímos um sistema de saúde baseado no modelo biomédico: centrado na doença, no tratamento, no hospital. Um modelo que respondeu a muitas necessidades e que, em momentos críticos, como durante a pandemia, mostrou resiliência. Mas hoje, quando olhamos à nossa volta, percebemos que as exigências mudaram. Para além de resiliente, o sistema precisa de se adaptar às novas exigências, assegurando a sua sustentabilidade futura.

O aumento da esperança média de vida traz consigo o aumento da prevalência de doenças crónicas. O conhecimento cresce, mas crescem também as desigualdades. A tecnologia avança, mas a literacia continua

a falhar. O sistema responde, mas, na maioria das vezes, não escuta.

É neste espaço de tensão, entre o que fazemos e o que ainda há por fazer, que os profissionais de saúde assumem um papel decisivo. Não apenas na prestação directa de cuidados, mas como agentes de transformação.

No interior do país, onde os centros de saúde encerram, onde as urgências se tornam distantes e onde o tempo parece andar mais devagar, as farmácias permanecem. São, muitas vezes, o único serviço de saúde permanentemente acessível, aberto, confiável. São parte do quotidiano das pessoas e da estrutura invisível que ainda sustenta a coesão territorial.

Como farmacêutica, vejo todos os dias exemplos de inovação, de proximidade, de humanidade. Vejo farmácias que são pontos de referência nas comunidades onde se inserem. Mais do que locais de dispensa de medicamentos, são fundamentalmente centros vivos de cuidado. Onde se fazem rastreios, onde se escuta o que mais ninguém tem tempo para ouvir, onde se ensina, onde se acompanha, onde se explica o que os sistemas digitais ainda não sabem traduzir.

Onde o farmacêutico, conhecido pelo nome os seus utentes, tem um papel assistencial insubstituível, reconhecido e valorizado pela comunidade, mesmo que nem sempre pelo poder, contribuindo para um sistema mais justo e mais centrado nas pessoas.

Mas não basta a dedicação dos profissionais. A saúde precisa de visão política, de coragem estratégica e de participação cidadã. Precisa de ser discutida nas escolas, nos meios de comunicação, nas autarquias, nos locais de trabalho. Não como

um tema de especialistas, mas como um assunto de todos. Porque a saúde é também habitação, transporte, alimentação, acesso à informação, justiça climática. E é neste sentido amplo que precisamos de a repensar.



Vejo farmácias que são pontos de referência nas comunidades onde se inserem. Mais do que locais de dispensa de medicamentos, são fundamentalmente centros vivos de cuidado.

Preparando-se o país para reformas estruturais, em que se discutem novos modelos de governação e financiamento da saúde, é fundamental garantir que esta transformação não seja feita apenas em gabinetes. Que se escute a experiência de quem está no terreno. Que se valorize o saber de quem cuida todos os dias, mas também a voz de quem precisa de cuidados. E que se entenda, de forma clara, que valorizar o papel dos farmacêuticos comunitários, presentes na rede de farmácias comunitárias que cobrem todo o território, é investir na saúde pública, na proximidade e na dignificação dos cuidados.

A saúde não é tudo, mas tudo depende dela. Que esta consciência se traduza em políticas de proximidade e de compromisso, exigindo escuta, visão partilhada e coragem colectiva. ●

** Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos*